

Índice

A sociedade civil, no resgate da falta de vínculos	1
Da malha de beneficência às redes de cidadãos que prestam cuidados	3

A sociedade civil, no resgate da falta de vínculos

Em face de problemas associados à perda de ligações sociais, cresce o interesse pelas soluções que dão mais protagonismo às comunidades do que ao Estado e ao mercado. O que, para alguns autores, tem a ver com o regresso – pela via dos factos – do comunitarismo, uma teoria social e política que emergiu na opinião pública durante os anos noventa como alternativa ao individualismo.

David Brooks, um dos colunistas em destaque do “The New York Times”, encetou um projeto fascinante: viajar pelos Estados Unidos e por outros países para dar a conhecer iniciativas que procuram revitalizar o tecido social. Daí o nome da plataforma que criou, com a ajuda do Aspen Institute: [Weave: The Social Fabric Project](#).

Os *weavers* são tecedores de relações humanas e fazem parte de um movimento sem o saber, afirma o “[The Relationalist Manifesto](#)”, o texto que resume as linhas mestras do projeto. A ideia de Brooks é tornar visíveis essas pessoas, consciente de que os esforços construtivos nem sempre chamam a atenção dos meios de comunicação.

No seu livro “The Second Mountain: The Quest for a Moral Life”, recentemente publicado, o colunista fala longamente sobre estas iniciativas. E procura articular as ideias que inspiram os *weavers*. Não para ideologizar algo que nasceu de forma espontânea, mas para servir de revulsivo intelectual e catalizador de uma energia dispersa. “No fundo, [todos estes empreendedores] fazem o mesmo trabalho. Constroem liga-

ções onde não as havia, criam relações onde faltavam, tecem vizinhanças sólidas onde eram frágeis”.

Da solidão para o tribalismo

O “The Relationalist Manifesto”, cuja primeira versão Brooks integrava como corolário do seu livro, parte da ideia de que o hiperindividualismo se converteu no traço dominante da nossa época. Em sintonia com a mentalidade pós-moderna, a vida sem vínculos é encarada como o ideal, fruto de “uma história de emancipação”, em que contam apenas a felicidade própria e a autorrealização.

O individualismo extremo interessa-se pelos direitos próprios, mas não pelos deveres para com os outros; atende “os impulsos egoístas”, mas não liga a outros que também incorporamos, como o desejo de nos relacionarmos, de servir ou de cuidar. O resultado desta rutura com os outros é “o isolamento e a falta de sentido”.

O paradoxo é que, neste contexto de indivíduos atomizados, há os que procuram remédio para esses males no tribalismo. “Isto parece uma relação, mas de facto é o contrário. Se uma comunidade se baseia no afeto mútuo, a mentalidade tribalista baseia-se na desconfiança mútua. (...) Se uma pessoa numa comunidade saudável se deleita com a diferença e celebra as lealdades de outras pessoas, o tribalista procura destruir outras lealdades. Somos sempre nós contra eles, amigos ou inimigos, destruir ou ser destruídos”.

A tribo apresenta-se como um oásis onde satisfazer a sede de ligação e de sentido, mas, de facto, “é o reverso negativo da comunidade”. E onde mandam o ressentimento e a ira, é difícil suprir aqueles desejos. Reside neste ponto “o trágico paradoxo do hiperindividualismo: aquilo que começou como uma libertação eufórica, termina numa guerra de tribos que esmaga os indivíduos que procurava libertar”.

Transformar a cultura

Com estas ideias em mente, devedoras em grande parte do comunitarismo, entende-se a falta de exatidão de um [artigo](#) da “The New Republic” que apresentava esta corrente de pensamento como “a versão de direita da política identitária”. Para o articulista, os postulados comunitaristas são o substrato ideológico que alimenta o nacionalismo de Trump e dos seus simpatizantes.

O artigo, publicado no ano passado, passou sem pena nem glória. Seguramente por causa da visão distorcida que apresentava do comunitarismo, na qual dificilmente se podiam reconhecer os seus apoiantes. Apresentava-o como uma reação aos direitos individuais, reconhecidos pelo liberalismo como universais e válidos para todos, mas injuriados devido às pretensões identitárias baseadas na nacionalidade, na raça ou na etnia.

Um [artigo](#) muito mais interessante e influente foi o publicado na “Quillette” (10.5.2019) por John R. Wood Jr., que fala com conhecimento de causa. O comunitarismo não tem nenhum problema com os direitos individuais, mas sim com o individualismo; ou seja, com a tendência para exaltar o indivíduo autónomo, enquanto marginaliza aspetos básicos da vida em comum (e da identidade pessoal) como os vínculos comunitários, as virtudes e os compromissos, os deveres para com os outros, as normas e as instituições sociais... (ver [“Comunitarismo: un pensamiento político posmoderno”](#), “Aceprensa”, 22.3.1995).

Além do projeto de Brooks e do Aspen Institute, Wood cita como exemplos do por agora tímido regresso do comunitarismo ao debate público, outras iniciativas desenvolvidas nos Estados Unidos. Embora algumas nasçam impulsionadas por políticos, a sua preocupação primordial é cultural: aspiram a mudar a maneira de pensar, de sentir e de viver das pessoas, de forma que o individualismo venha a retroceder. Como diz Brooks, “a mudança social chega quando um pequeno grupo de pessoas encontra uma maneira de viver melhor e os outros as imitam”.

Um Estado facilitador

Outra iniciativa desenvolvida por um comité do Congresso dos EUA liderado pelo senador republicano Mike Lee, é [The Social Capital Project](#), que investiga a qualidade da “vida associativa” do país. Por tal entende a rede de relações sociais desenvolvida pelas famílias, pelas comunidades, pelas Igrejas... Afirma a *web* do projeto que “estas instituições são fundamentais para formar o nosso carácter e as nossas capacidades, para nos dar sentido e propósito, e para abordar os numerosos desafios que temos de enfrentar”. Entre os problemas para os quais dedicaram relatórios, encontram-se: o envelhecimento solitário, o declínio do casamento, o aumento da maternidade a sós, o abuso de opioides, o desemprego crónico, etc.

O [The American Project](#), da Pepperdine School of Public Policy, procura ideias para renovar o movimento conservador com uma abordagem de orientação comunitarista. Por um lado, reprova ao Partido Republicano que se tenha centrado na economia, não se esforçando por construir uma narrativa comum para todos os norte-americanos, uma que se apoie na estima partilhada pelas comunidades e pelas instituições intermédias. Por outro, reprova à esquerda que se tenha voltado para o Estado a pedir-lhe que intervenha com mais força na proteção das suas reivindicações identitárias.

De modo a restaurar a confiança entre os cidadãos e a política, o The American Project entende que o Estado se deve limitar a ser “um facilitador das instituições cívicas”. Isto é, deve assumir “que muitas das melhores soluções para os problemas da sociedade surgem nas comunidades locais e não nas burocracias nacionais. Procuramos um Estado que facilite e não afaste a nossa sociedade civil”.

O que há de novo

No seu artigo, Wood salienta algumas diferenças entre o momento (mais ou menos) comunitarista atual e o dos anos noventa. À partida, a palavra “comunitarismo” não está na moda, como o esteve quando protagonizou um dos duelos de ideias mais apaixonantes do século XX (ver [“El debate entre liberales y comunitaristas”](#), “Aceprensa”, 17.4.1996).

Além disso, os problemas que enfrentaram os comunitaristas genuínos não são os mesmos dos que agora são objeto de preocupação. Nos anos noventa, afirma Wood, a polarização política não era tão extrema como agora; a solidão – sobretudo, entre os jovens – não era tão alargada; a desconfiança nas instituições era menor, etc.

Pode-se acrescentar um terceiro motivo: falta a armadura intelectual que dê consistência a este tímido renascer comunitarista. É verdade que Wood menciona autores interessados numa orientação mais comunitarista da sociedade, mas nenhum se encaixa no perfil. Nem os seus interesses nem os seus contributos para esta teoria são equiparáveis aos realizados por figuras como Amitai Etzioni, Charles Taylor, Robert Bellah, Michael Walzer ou Alasdair MacIntyre, embora nem todos se reconheçam no seio deste grupo com o mesmo entusiasmo.

De qualquer forma, o artigo de Wood parece dar razão ao sociólogo espanhol José Pérez Adán, comunitarista, quando antecipou no seu livro “Adiós Estado, bienvenida comunidad” (2008) que o derrube do individualismo e a sua substituição ideológica pelo comunitarismo seria propiciado por vários fatores. Entre outros, a própria incapacidade do primeiro para resolver “disfunções estruturais que o tornam socialmente insustentável a longo prazo como fundamento substantivo da vida em comum” – pensemos nos problemas já mencionados, como a solidão, as ruturas familiares, o tribalismo ou a perda de confiança nas instituições –, assim como “a ascensão do associativismo civil”, chamado a “recompor os laços entre nós” que rompeu com o atomismo social.

J. M.

Da malha de beneficência às redes de cidadãos que prestam cuidados

Em face de determinadas carências, mais do que de um Estado pródigo em subsídios, as sociedades prósperas necessitam de relações humanas.

O Estado Providência foi concebido como uma grande rede de segurança, que garanta a todos condições de vida mínimas. Mas o que acontece quando a falta de vínculos sociais deixa buracos enormes na malha? Perante as limitações do Estado para enfrentar esta nova forma de escassez, em vários países ganha corpo a ideia das redes de apoio social.

No seu [périplo em busca de iniciativas](#) para robustecer o tecido cívico, David Brooks ficou cativado pela visão da britânica Hilary Cottam para reinventar o Estado Providência. Esta empreendedora social advoga passar de um sistema de proteção de cima para baixo, centrado em gerir necessidades, para outro que se apoia nas relações humanas de modo a potenciar as capacidades dos que se encontram em apuros. Designa-o por “bem-estar relacional” e parte da ideia de que hoje, quando falta o cimento básico dos vínculos comunitários,

o Estado deve preocupar-se em favorecer as estruturas que os façam renascer.

Um exemplo do que propõe Cottam é um programa de apoio às famílias que concretizou nalguns municípios do Reino Unido. A autora de “Radical Help”, o livro em que explica a sua abordagem, está convicta de que os subsídios sociais não bastam para ajudar famílias cujas inúmeras carências (económicas, sociais, afetivas...) as leva a viver sem expectativas, praticamente isoladas dos outros. Entretanto, os trabalhadores sociais que se supõe devem estimulá-las, andam sobrecarregados com tarefas burocráticas e dedicam pouco tempo a elas face a face. O resultado costuma ser frustração para ambas as partes.

Cottam trouxe uma mudança de mentalidade. Daqui para a frente, as famílias deixariam de se ver a si próprias como “necessitadas”: contactariam uma equipa de trabalhadores sociais de sua escolha, não para lhes expor o que lhes fazia falta, mas para definir com eles o tipo de vida que queriam encetar. E os trabalhadores, recrutados de forma voluntária, iriam viver vários meses para os bairros destas famílias de modo a ajudá-las a adquirir hábitos de saúde, ferramentas de comunicação, competências para procurar emprego... até conseguirem viver por sua conta.

Graças a acordos de colaboração entre a sua empresa social – já extinta – e as autoridades locais, Cottam realizou projetos similares com jovens, idosos, doentes crónicos, desempregados, presos... A sua experiência é que são as relações que operam a mudança.

Religar com a sociedade

A visão de Cottam inspirou uma original iniciativa de cidadãos na Noruega, um país onde o seu poderoso (e bem dotado) Estado Providência não conseguiu minimizar um problema que afeta todas as idades e classes sociais: a solidão. Trata-se do [movimento Skravlekopp](#), que procura facilitar as conversas entre desconhecidos de uma forma nada invasiva. Basta entrar num dos mais de cem cafés que por agora apoiaram a iniciativa e escolher uma chávina de café, com o desenho próprio do movimento, para mostrar que se está disponível para conversar.

A ideia ocorreu a uma jovem norueguesa depois de ouvir uma conferência de Cottam. E, como explica a empreendedora britânica [no seu blogue](#), é um exemplo do tipo de “bem-estar relacional” que defende: os benefícios da *prestação* não são quantificáveis, e as fronteiras entre o beneficiário e o prestador esbatem-se.

Uma filosofia similar está por detrás da aplicação [¿Tienes sal?](#), uma plataforma que funciona em Madrid e Barcelona

para animar a vida dos bairros e levar a que os vizinhos voltem a tratar-se com a naturalidade que costumava ser frequente antes. O seu lema é: “Voltemos a pedir sal! Voltemos a comunicar entre nós!”.

A cofundadora da *app*, a catalã Sonia Alonso, resumiu numa [entrevista](#) algumas experiências em bairros de Madrid, onde vive atualmente: em Chamberí, um grupo organiza partidas de futebol ou fica para tomar alguma coisa; em Vallecas, outro grupo cultiva um pomar urbano e outro de mulheres fica para caminhar; em Lavapiés, uma vizinha procura aliados para fazer um bairro mais verde... A própria Sonia Alonso utilizou-a enquanto convalescia em casa devido a uma operação ao joelho, para pedir a uma vizinha que lhe deixasse um jogo de mesa.

Bairros contra a solidão

A ideia das redes de cidadãos que prestam cuidados também está no centro do movimento [Comunidades y Ciudades Com-pasivas](#) (“Pasarse a jugar una última partida”, “Aceprensa”, 14.11.2018), com o qual a Sociedad Internacional de Salud Pública y Cuidados Paliativos quer envolver a população no atendimento às pessoas com doenças avançadas e no final da vida. Juntamente com os profissionais de saúde, um trabalhador social e um promotor comunitário, procuram atender às necessidades do doente: desde conseguir um cabeleireiro que os visite em casa, até avisar os seus amigos para que vão jogar uma partida de xadrez. Programas deste tipo já estão a funcionar no Reino Unido, na Austrália, na Índia, em Espanha, no Canadá...

Em Espanha, as notícias sobre idosos que morrem na solidão, sem que familiares, amigos ou vizinhos os amparem, estão a despertar a sensibilidade para um fenómeno mais quotidiano: o daqueles que vivem isolados, muitas vezes sem incentivos. Uma [reportagem](#) do “*El País*” (28.5.2019) fazia eco de iniciativas surgidas em várias cidades espanholas para enfrentar este problema.

Em Barcelona, o Projeto Radars desdobrou por 42 bairros, redes de vizinhança que ajudam a detetar pessoas sozinhas, a quem depois oferecem acompanhamento. Embora conte com o apoio do município e de várias associações, o peculiar desta iniciativa – no terreno desde há um pouco mais de uma década – é que aproveita a vida do bairro para combater a solidão. Assim, as farmácias, os estabelecimentos comerciais e os próprios vizinhos atuam como “radares” de deteção e dão a voz de alarme aos serviços sociais quando dão pela falta de algum cliente habitual; se está sozinho e sem controlo, os voluntários passam a vê-lo para conversar ou fazer algo juntos.

A reportagem menciona outros programas em Valência, San Sebastián, Madrid, Sevilha... Chama a atenção a mudança

que obtêm ações tão simples como passear, tomar alguma coisa num bar, jogar ao dominó ou acompanhar nas compras. Em pouco tempo, surgem relações que devolvem a esperança. Nas duas semanas que tem vindo a visitar Paco, de 86 anos, Vicente, de 63, já viu o efeito. Diz que “já gosto do Paco e nota-se que fica contente quando me vê. Quando chego, está à minha espera com a jaqueta e o andarilho”.

De uma forma ou de outra, estas iniciativas levam à prática a ideia força presente no “[The Relationalist Manifesto](#)”: a sociedade como “um sistema de relações”, que tecem (ou deste-cem) as pequenas ações dos cidadãos e das comunidades. “Como observou T. S. Eliot, a principal miragem da política moderna é acreditar que se pode construir um sistema tão perfeito que já ninguém tenha que ser bom”. Mas esta utopia passa por alto que o tecido social não cai do céu nem se pode fabricar num escuro escritório governamental. Forja-se a partir de cada canto da sociedade, “através de um milhão de ações de cuidados, de uma pessoa para outra”. E estas relações – continua a referir o texto – cristalizam em normas sociais. Nasceu uma cultura diferente.

J. M.